



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

## **RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO Nº: 180401.A01.001.0820**

FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNPENCE

**EXERCÍCIO** 2019

Fortaleza, agosto de 2020



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

**Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral**

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

**Secretário Executivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado**

Antônio Marconi Lemos da Silva

Auditor de Controle Interno

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Auditoria Interna**

Ana Luiza Felinto Cruz

Auditora de Controle Interno

**Coordenadoria de Correição**

Antonio Paulo da Silva

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria da Ética e Transparência**

Matheus Borges Gonçalves de Lima

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Controladoria**

Marcelo de Sousa Monteiro

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Ouvidoria**

Larisse Maria Ferreira Moreira

Auditora de Controle Interno

## **I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

### **DO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO**

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações apresentadas no inciso III, do art. 9º e no inciso IV, do art. 52, da Lei Estadual nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995, no inciso XVII, do art. 14, da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 33.053, de 10 de maio de 2019, apresenta o Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão – RCI-Gestão do **FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNPENCE**, sobre o exercício financeiro de **2019**.

O RCI-Gestão está orientado pelo Decreto Estadual nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a auditoria preventiva com foco em riscos e pelo Decreto nº 33.053, de 10 de maio de 2019, que estabelece as diretrizes para elaboração do Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão (RCI-Gestão) dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

As contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos referentes ao exercício de **2019** foram analisadas tendo como base a estrutura da Administração Pública contida na Lei Estadual nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007 e suas alterações, entretanto serão apresentadas pelos órgãos, entidades e fundos que os sucederam, após a edição da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

A geração do RCI-Gestão foi realizada de forma automatizada pela equipe do Observatório da Despesa Pública do Ceará (ODP.Ceará), no âmbito da Coordenadoria de Controladoria, em conformidade com as normas e procedimentos técnicos aplicáveis às demandas de controle interno, com a utilização de dados disponíveis nos sistemas corporativos do Poder Executivo Estadual, bem como por meio de informações produzidas pelas áreas programáticas da CGE.

As atividades de controle interno desenvolvidas pelas áreas programáticas da CGE, relativas ao exercício de **2019**, estão consolidadas neste relatório e foram desenvolvidas visando contribuir para o tratamento tempestivo dos riscos que podem ameaçar o cumprimento dos objetivos institucionais do órgão, entidade ou fundo e fornecer subsídios para identificação de oportunidades de melhoria nos processos organizacionais.

Os dados e as informações que apresentaram indícios de irregularidade foram encaminhadas ao órgão, entidade ou fundo para que esse se manifestasse no prazo determinado pela CGE.

Os indícios de irregularidades detectados no âmbito das atividades de controle interno das áreas programáticas da CGE, no exercício em análise, e não respondidos ou tratados pelo órgão, entidade ou fundo estão relatados no presente relatório.

## **II - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Sigla - FUNPENCE

Vinculação - SAP

Natureza - FUNDOS

### **1. Legislação Vigente no Exercício de 2019**

O **Fundo Penitenciário do Estado do Ceará – FUNPEN/CE** foi criado pela Lei nº 16.200, de 23 de fevereiro de 2017 (D.O. 24.02.17), sendo gerido pela Secretaria da Administração Penitenciária - SAP

### **2. Finalidades**

O FUNPEN visa viabilizar a execução de programas, ações, atividades e projetos, visando à consolidação da política penitenciária do Estado do Ceará.

### **3. Receitas**

Constituem receitas do FUNPEN:

I - recursos financeiros decorrentes de convênios celebrados com governos, federal, estaduais e municipais, empresas privadas, organizações não governamentais – ONGs, organismos nacionais e internacionais e órgãos públicos, a ele destinados especificamente;

II – doações, auxílios, subvenções, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, incluindo bens móveis e imóveis, que lhe sejam destinados;

III – produto dos juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação dos recursos do próprio Fundo;

IV - rendimentos oriundos de cessões ou concessões onerosas de uso de espaços públicos pertencentes ao Sistema Prisional, bem como recursos provenientes de todas as atividades produtivas, desenvolvidas nas unidades prisionais ou fora delas, envolvendo os empreendimentos e Assistidos da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE;

V – repasse dos contratos de mão-de-obra apenas envolvendo as empresas parceiras da Secretaria da Justiça e Cidadania;

VI - recursos de empréstimo para o desenvolvimento institucional que integram os órgãos da Secretaria da Justiça e Cidadania;

VII – recursos de empréstimos para a execução de ações ligadas à recuperação social do preso e do egresso para a manutenção das unidades prisionais da Secretaria da Justiça e Cidadania;

VIII – recursos provenientes de ressarcimento, na forma do art. 29, § 1º, alínea “d”, da Lei de Execução Penal;



IX – receitas decorrentes de indenização por dano ou extravio de materiais ou equipamentos dos estabelecimentos penais do Estado ou por estes contratados;

X – produto da alienação de equipamentos, viaturas ou materiais imprestáveis ou em desuso no Sistema Penitenciário Estadual;

XI – saldo de exercícios anteriores;

XII - recursos provenientes de transferência do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN;

XIII - recursos de dotações orçamentárias atribuídas às Unidades Penais e à Direção do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará;

XIV - recursos de créditos adicionais que lhe forem abertos;

XV – multas penais aplicadas pelos órgãos judiciais do Estado do Ceará, nos termos dos arts. 49 e 50 do Código Penal;

XVI - recursos de dotação específica consignada no orçamento do Estado do Ceará.

### III - FUNPENCE EM NÚMEROS

O objetivo deste capítulo é apresentar informações gerais de natureza orçamentária e financeira relativas à execução das despesas por categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos, especificando as despesas com pessoal, contratos e parcerias.

#### 1. Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa

A Tabela 1 apresenta a execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa (GND), o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 1 - Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – R\$ 1.000,00

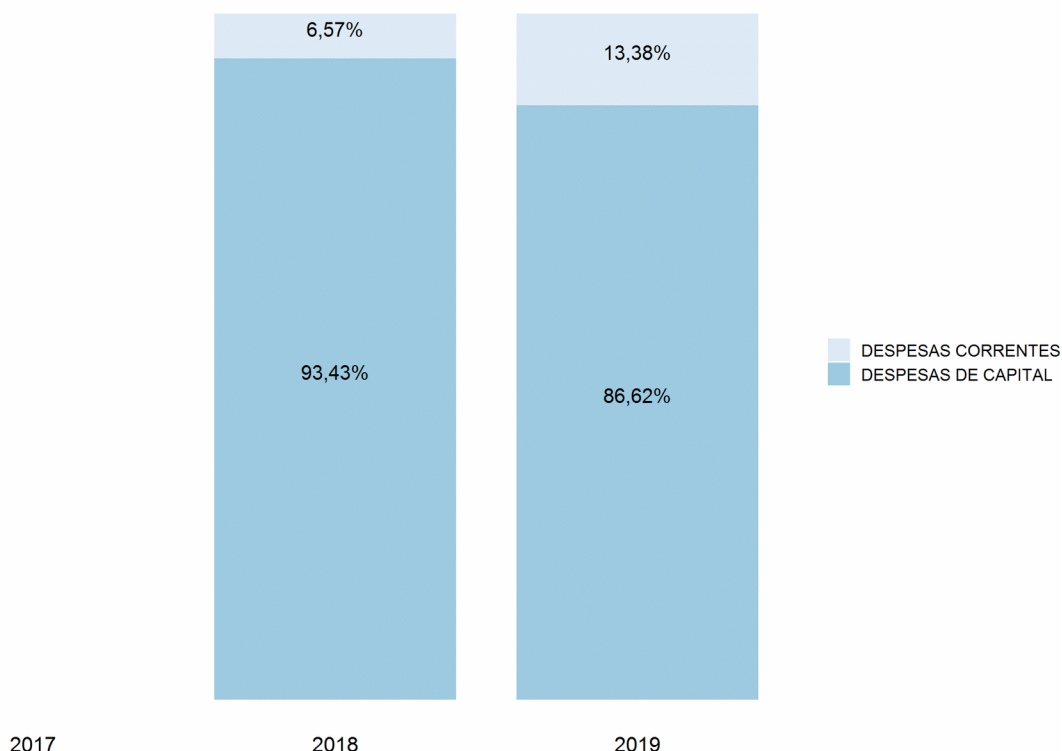
| CATEGORIA ECONÔMICA          | LOA +<br>CRÉDITOS | EMPENHADO        | LIQUIDADO        | PAGO             | EXECUÇÃO      | PARTICIPAÇÃO   |
|------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
| Grupo de Natureza de Despesa | (I)               |                  | (II)             |                  | (III)         |                |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>    | <b>12.052,96</b>  | <b>4.887,82</b>  | <b>1.990,14</b>  | <b>1.990,14</b>  | <b>16,51%</b> | <b>13,38%</b>  |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS   | 0,00              | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA   | 0,00              | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES    | 12.052,96         | 4.887,82         | 1.990,14         | 1.990,14         | 16,51%        | 13,38%         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   | <b>42.199,42</b>  | <b>19.169,74</b> | <b>12.888,41</b> | <b>12.888,41</b> | <b>30,54%</b> | <b>86,62%</b>  |
| INVESTIMENTOS                | 42.199,42         | 19.169,74        | 12.888,41        | 12.888,41        | 30,54%        | 86,62%         |
| INVERSOES FINANCEIRAS        | 0,00              | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA        | 0,00              | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>54.252,38</b>  | <b>24.057,56</b> | <b>14.878,55</b> | <b>14.878,55</b> | <b>27,42%</b> | <b>100,00%</b> |

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 1 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por Categoria Econômica nos três últimos exercícios financeiros.



Gráfico 1 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Categoria Econômica



## 2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso

A Tabela 2 apresenta a execução da despesa (liquidação) por Fonte de Recurso e Subfontes o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 2 - Execução da Despesa por Fonte de Recurso – R\$ 1.000,00

| FONTE DE RECURSOS                        | LOA + CRÉDITOS   | EMPENHADO        | LIQUIDADO        | PAGO             | EXECUÇÃO      | PARTICIPAÇÃO   |
|------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
| Subfonte                                 | (I)              |                  | (II)             |                  | (III)         |                |
| <b>FONTE TESOUREO</b>                    | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>      | <b>0,00%</b>  | <b>0,00%</b>   |
| 00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS              | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| <b>OUTRAS FONTES</b>                     | <b>54.252,38</b> | <b>24.057,56</b> | <b>14.878,55</b> | <b>14.878,55</b> | <b>27,42%</b> | <b>100,00%</b> |
| 70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS | 50,57            | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| 92.01 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN   | 54.201,81        | 24.057,56        | 14.878,55        | 14.878,55        | 27,45%        | 100,00%        |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>54.252,38</b> | <b>24.057,56</b> | <b>14.878,55</b> | <b>14.878,55</b> | <b>27,42%</b> | <b>100,00%</b> |

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 3. Execução da Despesa por Elemento de Despesa

A Tabela 3 apresenta a execução por elemento de despesa, o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados,

liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

| ELEMENTO                                                             | LOA +<br>CRÉDITO | EMPENHADO        | LIQUIDADO        | PAGO             | EXECUÇÃO      | PARTICIPAÇÃO   |
|----------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
|                                                                      | (I)              |                  | (II)             |                  | (II/I)        |                |
| OBRAS E INSTALAÇÕES                                                  | 11.401,06        | 13.596,96        | 9.153,99         | 9.153,99         | 80,29%        | 61,52%         |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE                                   | 13.409,01        | 5.572,78         | 3.734,42         | 3.734,42         | 27,85%        | 25,10%         |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU                             | 7.120,92         | 4.494,82         | 1.990,14         | 1.990,14         | 27,95%        | 13,38%         |
| SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA | 6.343,47         | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| MATERIAL DE CONSUMO                                                  | 4.945,46         | 393,00           | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                                    | 11.032,45        | 0,00             | 0,00             | 0,00             | 0,00%         | 0,00%          |
| <b>TOTAL</b>                                                         | <b>54.252,38</b> | <b>24.057,56</b> | <b>14.878,55</b> | <b>14.878,55</b> | <b>27,42%</b> | <b>100,00%</b> |

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

#### 4. Despesas com Pessoal

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

#### 5. Quantitativo de Pessoal Ativo

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

#### 6. Contratos com Maior Execução

A Tabela 4 apresenta os 10 contratos administrativos com maior execução no exercício de 2019, indicando o valor total do contrato atualizado, o valor liquidado no ano e o percentual de execução total do contrato.

Tabela 4 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

| CONTRATADO                          | OBJETO                         | VIGÊNCIA                 | VR.CONTRATO ATUALIZADO | LIQUIDADO NO ANO | EXECUÇÃO |
|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|------------------------|------------------|----------|
| COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA | Obras e serviços de engenharia | 02/08/2019<br>31/01/2020 | 13.596,96              | 9.153,99         | 67,32%   |
| C G CONSTRUÇÕES LTDA - EPP          | Obras e serviços de engenharia | 20/07/2018<br>09/04/2020 | 32.841,20              | 4.767,61         | 14,52%   |



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

Tabela 4 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

| CONTRATADO                                                                    | OBJETO                                                            | VIGÊNCIA                 | VR.CONTRATO<br>ATUALIZADO | LIQUIDADO<br>NO ANO | EXECUÇÃO      |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|---------------|
| GLOBATEC ADAPTAÇÕES<br>DE VEÍCULOS LTDA EPP                                   | Aquisição de veículos                                             | 16/04/2019<br>14/04/2020 | 2.863,73                  | 2.290,98            | 80,00%        |
| SENAI DEPARTAMENTO<br>REGIONAL DO CEARÁ                                       | Serviços de consultoria                                           | 06/05/2019<br>04/05/2020 | 2.752,56                  | 1.789,39            | 65,01%        |
| POSITIVO TECNOLOGIA S.A                                                       | Aquisição de equipamentos e<br>material de informática            | 28/12/2018<br>26/04/2019 | 993,74                    | 993,74              | 100,00%       |
| ALGEMAS BRASIL<br>INDÚSTRIA E COMÉRCIO<br>LTDA                                | Aquisição de móveis, máquinas e<br>equipamentos (matl permanente) | 23/05/2019<br>31/12/2019 | 250,00                    | 250,00              | 100,00%       |
| SERVICO NACIONAL DE<br>APRENDIZAGEM<br>COMERCIAL - SENAC                      | Serviços de consultoria                                           | 02/05/2019<br>30/04/2020 | 196,54                    | 196,54              | 100,00%       |
| ULTRAMAR IMPORTAÇÃO<br>LTDA - EPP                                             | Aquisição de móveis, máquinas e<br>equipamentos (matl permanente) | 12/04/2019<br>10/04/2020 | 82,80                     | 82,80               | 100,00%       |
| GL ELETRO-ELETRÔNICOS<br>LTDA                                                 | Aquisição de equipamentos e<br>material de informática            | 04/12/2018<br>03/12/2019 | 63,40                     | 63,40               | 100,00%       |
| BRASIL AEROESPACIAL<br>INDÚSTRIA DE VEÍCULOS<br>AÉREOS NÃO TRIPULADOS<br>LTDA | Aquisição de móveis, máquinas e<br>equipamentos (matl permanente) | 30/08/2019<br>28/08/2020 | 42,74                     | 42,74               | 100,00%       |
| <b>Total</b>                                                                  |                                                                   |                          | <b>53.683,68</b>          | <b>19.631,19</b>    | <b>36,57%</b> |

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 7. Parcerias – Execução por Objeto

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

## 8. Instrumentos de Parceria com Maior Liberação de Recursos



De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

#### **9. Contratos de Gestão - Valores Pagos**

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

## **IV – AÇÕES DO CONTROLE INTERNO**

Neste Capítulo serão apresentadas informações relativas à atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, no exercício de 2019.

### **A - AÇÕES DE MONITORAMENTO DO CONTROLE INTERNO**

No presente tópico são apresentadas as ações realizadas pela CGE no monitoramento do Sistema de Controle Interno, contemplando as áreas de Ouvidoria, Transparência, Controladoria e Auditoria Interna.

Diante de pendências identificadas durante o exercício, a CGE orienta que os órgãos e entidades definam um Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, nos termos do Decreto Estadual nº29.388, de 27 de agosto de 2008 (D.O.E. 28/08/2008), para minimizar a recorrência de eventos de risco. Além disso, a CGE realiza ações de capacitação, orientação e reuniões para orientação aos gestores e responsáveis pelo controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

#### **1. CONTROLADORIA**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT), realiza o monitoramento diário da situação do Estado no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A partir das informações disponibilizadas pela STN, a CGE encaminha relatórios com a situação do CNPJ dos Órgãos e Entidades do Estado do Ceará, por meio de correio eletrônico, e formaliza ofícios para os órgãos e entidades que apresentam pendências, solicitando a adoção de providências necessárias à regularização.

##### **1.1. Monitoramento do CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias**

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

À CGE, conforme Decreto nº. 32.301/2017, cabe monitorar diariamente as inscrições dos diversos órgãos e entidades do Estado do Ceará no CAUC, notificando o respectivo titular ou dirigente máximo inadimplente, se for o caso, para que o mesmo informe sobre as providências tomadas para regularização da pendência o mais rápido possível. Em 31/12/2019, a FUNPENGE não possuía anotação no CAUC.

#### **2. AUDITORIA INTERNA**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD), realiza atividades de auditoria interna para contribuir com a melhoria dos processos e para a verificação da regularidade da gestão.

##### **2.1. Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício**



A Tabela 5 apresenta informações relativas às atividades realizadas nesta unidade no exercício de 2019. Os documentos estão dispostos por seu número, modalidade e categoria de auditoria e por seu objeto.

Tabela 5 - Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

| NÚMERO              | MODALIDADE       | CATEGORIA        | OBJETO                                |
|---------------------|------------------|------------------|---------------------------------------|
| 180401.A01.001.0719 | CONTAS DE GESTÃO | CONTAS DE GESTÃO | CONTAS DE GESTÃO<br>EXERCÍCIO DE 2018 |

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD)

### **3. CORREIÇÃO**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Correição (COSCO), coordena o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual orientando os órgãos e entidades quanto à instauração e condução de sindicâncias e Processos Administrativos de Responsabilização. Estão ainda entre as suas atividades, a prevenção, a neutralização e o combate à corrupção, a apuração de denúncias e as Tomada de Contas Especial.

#### **3.1. Relatórios de Inspeções Emitidos no Exercício**

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2019.

## **B - TRILHAS AUTOMATIZADAS DE AUDITORIA**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT) e da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD), elaborou no âmbito das atividades do Observatório da Despesa Pública do Ceará – ODP.Ceará, trilhas automatizadas de auditoria com o objetivo de identificar situações que possam constituir irregularidades na execução orçamentária e financeira, na gestão de pessoas e de parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Foram elaboradas quatro trilhas para identificar:

1. Convênios inadimplentes;
2. Servidor x Terceirizado;
3. Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário.

### **1. DESCRIÇÃO DAS TRILHAS**

#### **1.1. Convênios inadimplentes**

Da análise dos beneficiários de transferências de recursos por meio de convênios ou instrumentos congêneres mantidos pela unidade, no exercício de 2019, **não** foram verificadas situações de inadimplência.

#### **1.2. Servidor X Terceirizado**

Da análise dos dados dos empregados constantes no Sistema de Controle de Serviços de Terceiros (SISTER) em conjunto com os dados da Folha de Pagamento do Governo do Estado do Ceará, relativos à competência de setembro de 2019, **não** foram verificados casos de acúmulo de cargo público com emprego em empresa terceirizada contratada junto ao Governo do Estado.

Importante frisar que a Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 9º, inciso III cc. §3º veda apenas os casos de acumulação no mesmo órgão. No entanto, caso a acumulação se dê em órgãos distintos, é necessária a verificação da compatibilidade de horários das atividades.

#### **1.3. DEA - Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário**

Da análise das Despesas de Exercícios Anteriores executadas no período de 2019, **não** foram verificados volumes de execução superiores aos saldos orçamentários remanescentes do ano anterior, em desconformidade com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.

## **V – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apresentados estão adstritos aos objetivos e limites estabelecidos no escopo do presente trabalho, não excluindo, porém, eventos relevantes e necessários à análise dos dados e informações objeto deste trabalho.

A ocorrência de quaisquer fatos supervenientes a esse propósito, que venham a ser conhecidos ou para os quais esta CGE seja demandada a se pronunciar, poderão ser objeto de exame posterior.

Documento assinado digitalmente

Alex Aguiar Lins  
Auditor de Controle Interno

Ítalo José Brígido Coelho  
Auditor de Controle Interno